

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE DIREITO**

**DAKCIA SOUZA ARAÚJO**

**ABUSO DE PODER *versus* A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA:  
O DESRESPEITO AO CIDADÃO PELA POLÍCIA MILITAR EM NOME DA  
SEGURANÇA PÚBLICA – ABUSO DE PODER**

**MARABÁ-PA  
2009**

**DAKCIA SOUZA ARAÚJO**

**ABUSO DE PODER *versus* A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA:**

**O DESRESPEITO AO CIDADÃO PELA POLÍCIA MILITAR EM NOME DA  
SEGURANÇA PÚBLICA – ABUSO DE PODER**

Monografia apresentada à banca examinadora da  
Faculdade de Direito da UFPA em Marabá como  
requisito à obtenção do título Bacharel em Direito.

Orientação: Profª Mestre Olinda Magno Pinheiro  
Co-orientação: Prof. Ms Iramar Ricardo Paulini

**MARABÁ-PA**

**2009**

**DAKCIA SOUZA ARAÚJO**

**ABUSO DE PODER *versus* A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA:**

**O DESRESPEITO AO CIDADÃO PELA POLÍCIA MILITAR EM NOME DA  
SEGURANÇA PÚBLICA – ABUSO DE PODER**

Monografia apresentada à banca examinadora da  
Faculdade de Direito da UFPA em Marabá como  
requisito à obtenção do título Bacharel em Direito.

Orientação: Profª Ms Olinda Magno Pinheiro

Co-orientação: Prof. Ms Iramar Ricardo Paulini

( ) APROVADA

( ) REPROVADA

pela banca examinadora da FACULDADE de DIREITO da UFPA em Marabá com o  
conceito.....

MARABÁ-PA,.....de .....de 2009

---

Olinda Magno Pinheiro (Orientadora) – UFPA

---

Edieter Luiz Cecconello (Examinador) - UFPA

Marabá/PA

2009

A meus pais, pelo incentivo e carinho  
A meu irmão, por ter me ensinado o  
prazer pela leitura.

**Aos mestres Olinda Magno Pinheiro e  
Iramar Ricardo Paulini pela preciosa  
colaboração dada a este trabalho.**

"É melhor tentar e falhar,  
que preocupar-se e ver a vida passar;  
é melhor tentar, ainda que em vão,  
que sentar-se fazendo nada até o final.  
Eu prefiro na chuva caminhar,  
que em dias tristes em casa me esconder.  
Prefiro ser feliz, embora louco,  
que em conformidade viver..."

Martin Luther King

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso realizou um estudo exploratório do ordenamento jurídico vigente e demais doutrinas que abordam o administrado, o administrador da segurança pública e o crime de abuso de poder. Seu objetivo foi identificar onde, como, quando, porque e contra quem este crime é praticado. Não será em nome da segurança que o desrespeito ao cidadão será legitimado pelo ordenamento jurídico. Por ser cometido em prol de um fim maior, a violação a inúmeros princípios constitucionais pelos agentes do Estado não descaracteriza o crime de abuso de poder. O Estado busca soluções para garantir que dignidade da pessoa humana seja respeitada.

Palavras-chave: Abuso de Poder. Princípios Constitucionais. Ordenamento Jurídico. Dignidade da Pessoa Humana.

## **ABSTRACT**

This work of completion an exploratory study of the legal code and other doctrines that addresses the given, the administrator of public safety and crime of abuse of power. His goal was to identify where, how, when, why and against whom this crime is practiced. It would not be in the name of security that the failure to citizens will be legitimized by our legal system. Being committed towards a higher order, the violation of constitutional principles by countless agents of the state characterize the crime of abuse of power. The State seeks solutions to ensure that human dignity is respected.

Key Words: Abuse of Power. Constitutional Principles. Jurisdictions. Dignity of the Human Person.

## SUMÁRIO

|                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                             | <b>11</b> |
| <b>2 DO ABUSO DE PODER</b>                                      | <b>13</b> |
| 2.1 CONCEITO                                                    | 13        |
| 2.2 FORMAS DE ABUSO: EXCESSO E DESVIO DE PODER                  | 15        |
| 2.3 EFEITOS                                                     | 15        |
| <b>3 DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS</b>             | <b>18</b> |
| 3.1 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO                                | 18        |
| 3.1.1 Estado Democrático de Direito                             | 19        |
| 3.1.2 Princípio da proporcionalidade                            | 21        |
| 3.1.3 Princípio da razoabilidade                                | 28        |
| 3.1.4 Princípio da dignidade da pessoa humana                   | 28        |
| 3.1.4.1 Dignidade da pessoa humana <i>versus</i> abuso de poder | 30        |
| 3.2 GARANTIAS CONSTITUCIONAIS                                   | 31        |
| 3.2.1 Direitos e suas garantias                                 | 31        |
| 3.2.2 Garantias constitucionais individuais                     | 32        |
| 3.2.2.1 Direito à Segurança                                     | 32        |
| <b>4 DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA</b>                              | <b>34</b> |
| 4.1 DEFINIÇÃO                                                   | 34        |
| 4.2 ATUAÇÃO                                                     | 36        |
| 4.3 CARACTERÍSTICAS                                             | 37        |
| 4.3.1 Discricionariedade e vinculação                           | 37        |
| 4.3.2 Auto-executoriedade                                       | 39        |
| 4.3.3 Coercibilidade                                            | 39        |
| 4.4 LEGITIMIDADE DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA                      | 41        |
| 4.4.1 Requisitos gerais de validade                             | 41        |
| 4.4.2 Princípio da Proporcionalidade                            | 42        |
| 4.5 DA SEGURANÇA PÚBLICA                                        | 42        |
| 4.6 LEGISLAÇÃO - ABUSO DE PODER                                 | 44        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                   | <b>46</b> |

|                                   |           |
|-----------------------------------|-----------|
| <b>6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> | <b>49</b> |
| <b>ANEXO</b>                      | <b>51</b> |